

(Não) Vale a pena votar?

A grande armadilha da abstenção em Moçambique

Egídio Chaimite

Há uma grande apatia dos eleitores em Moçambique. 85% é o recorde da abstenção nas eleições autárquicas, em 1998, e 64% nas eleições gerais (presidenciais e legislativas), em 2004. Nas últimas eleições Presidenciais, Legislativas e das Assembleias Provinciais de 2019, a abstenção fixou-se em 51%¹, o que faz de Moçambique uma democracia de abstenção: aquela que, segundo Braconnier & Domargen (2007), o acto de votar mobiliza uma minoria de eleitores.

Quais são as causas deste fenómeno? Que tendências se desenham para as eleições de 2024? Que implicações tem a abstenção para a democracia e a estabilidade do país?

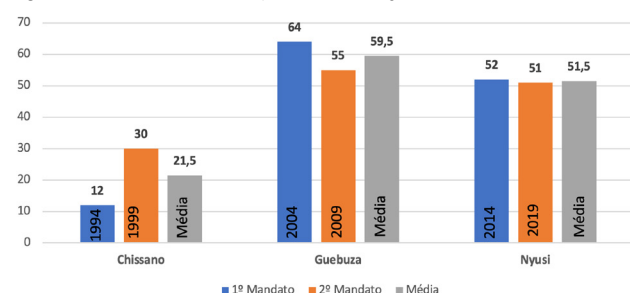
Este IDeIAS discute as questões acima, com base em material recolhido através de entrevistas e conversas informais realizadas com eleitores e potenciais eleitores, análise de dados eleitorais, e revisão da literatura sobre eleições em Moçambique e em contextos autoritários. O argumento central é de que, embora a abstenção possa ser interpretada, em parte, como uma forma de protesto contra a governação e as instituições, ela revela-se contraproducente e perigosa, na medida em que não apenas facilita a ocorrência de fraude eleitoral, perpetuando as dinâmicas que os abstencionistas buscam contestar, mas também compromete a legitimidade dos próprios governantes eleitos.

A primeira parte do texto apresenta a evolução dos níveis de abstenção em diferentes eleições, sublinhando a sua gravidade. A segunda parte discute as causas subjacentes à essa abstenção, com ênfase na ideia de que pode ser uma forma de protesto político. Por fim, a terceira parte aborda a “armadilha da abstenção”, com implicações tanto para os cidadãos-eleitores, como para os governantes eleitos e, sobretudo, para o país.

1. Os dados: diagnóstico e gravidade

Em média, nas seis eleições gerais realizadas no país, 44% dos eleitores não votaram. Conforme ilustra a figura 1, a tendência inicial das taxas de abstenção foi crescente, passando de 12% em 1994 para 30% em 1999, depois atingindo um pico de 64% em 2004 — o maior valor registado em eleições gerais no país. Após 2004, observou-se uma redução gradual: 55% em 2009, 52% em 2014 e 51% em 2019.

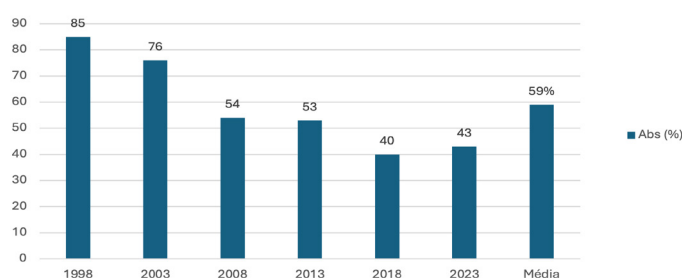
Figura 1: Abstenção nas eleições presidenciais e legislativas



Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados da CNE e do IESE.

A Figura 1 também apresenta os dados desagregados por ciclos de governação, permitindo avaliar o nível de legitimidade democrática de cada um dos três presidentes eleitos desde a introdução das eleições gerais em 1994. Joaquim Chissano, com uma média de 21.5% de abstenção, foi o Presidente da República com o maior nível de legitimidade (78.5%). Segue-se Filipe Nyusi, cuja legitimidade média foi de 49.5%, considerando a abstenção média de 51.5% nas duas eleições que o conduziram ao cargo. Armando Guebuza, por sua vez, foi o presidente com o menor nível de legitimidade, obtendo apenas 40.5% de apoio dos eleitores inscritos, o que corresponde a uma média de 59.5% de abstenção. Não surpreende, portanto, que tenha sido precisamente durante os mandatos de Armando Guebuza que ocorreram as duas primeiras grandes revoltas populares do período pós-independência no país, a primeira em 2008 e a segunda em 2010. No entanto, onda de descontentamento popular continuou na governação de Filipe Nyusi e houve outras tentativas de revoltas, que foram sistematicamente reprimidas. Este incremento da repressão estatal e a consequente limitação dos espaços de contestação contribuíram para um retrocesso democrático, levando Moçambique a ser classificado como regime autoritário (ver, por exemplo, Economist Intelligence Unit, 2022). Mais adiante, retomaremos a questão das revoltas na análise das implicações das abstenções e, consequentemente, do défice de legitimidade democrática dos governantes, que também se verifica nas eleições autárquicas, tal como ilustra a figura 2.

Figura 2: Abstenção nas eleições autárquicas



A Figura 2 evidencia que, apesar redução significativa da abstenção nas eleições autárquicas, o valor médio ainda é elevado, situando-se em 59%. O pico de abstenção foi registado nas primeiras eleições, em 1998, com 85%, caindo para 76% em 2003 e, de forma mais acentuada, para 54% em 2008, depois 40% em 2018. Em 2023 subiu ligeiramente, fixando-se em 43%. Como se explicam estes níveis de abstenção?

2. Abstenção como Protesto?

Nas eleições autárquicas de 1998, os níveis de abstenção foram, em parte, resultado do boicote da Renamo e de outros partidos da oposição, que contestavam a lei e o funcionamento dos órgãos eleitorais e o próprio processo de descentralização que, alegavam, favorecia a Frelimo. Há outros factores, que também se verificam em todas outras eleições, e estão relacionados à organização e funcionamento dos Órgãos de Gestão Eleitoral (OGE) e dos partidos políticos, incluindo, por exemplo, a fraca qualidade das campanhas de educação cívica, deficiente distribuição das cabines de recenseamento e de voto, desorganização dos cadernos eleitorais, entre outros problemas, que alguns estudos mostram igualmente que são mais intensos nas zonas de maior influência da oposição (Brito, 2008). Outros factores ainda são involuntários, incluindo-se nesta categoria eleitores que não votam por causa de doenças, dificuldades no acesso às urnas, falta de documentação, entre outros aspectos. Estes factores estão amplamente documentados (Serra, 1998; Brito, et al., 2005; Mazula, 2006; Chaimite & Forquilha, 2015a, 2015b).

Destacamos, porém, a abstenção consciente, intencional e voluntária, que, como a verificada massivamente em 1998, é protestatária. No contexto das eleições autárquicas de 1998, a abstenção foi, como explicamos acima, um protesto amplamente mobilizado pela oposição. No entanto, a abstenção protestatária também pode ocorrer de forma espontânea, sem qualquer mobilização organizada, sendo uma decisão individual dos eleitores para expressar a sua insatisfação com os partidos, os candidatos ou o próprio sistema político. Esse tipo de abstenção constitui, por excelência, um acto político (Hermet et al., 1978), refletindo a rejeição da oferta política disponível (Gaxie, 1979). É ainda, como escreve Schedler (2006), uma forma de resistência em contextos autoritários, onde a competição eleitoral é limitada. É nesta perspectiva que Francisco

(2008, p.1) interpreta a abstenção em Moçambique: “[expressão de] desilusão, fadiga e negação do voto positivo, não apenas a um ou outro partido, mas ao sistema todo.” Contribui para desilusão e fadiga a percepção de que o voto é inútil, também derivado das já demonstradas fraudes massivas (Hanlon & Fox, 2006; Chaimite, 2023) e da crença de que o voto não impacta no dia a dia dos cidadãos. Neste diapasão, os dados dos inquéritos de opinião são particularmente relevantes, sobretudo para o actual contexto da realização das sétimas eleições gerais e as quartas das Assembleias Provinciais.

Com base em inquéritos, Brito (2016) demonstrou que abstenção é maior entre os inquiridos que avaliam

¹ A abstenção em Moçambique é calculada subtraindo-se o total de votantes do total de eleitores recenseados. O resultado dessa subtração representa o número de abstencionistas.

negativamente o desempenho dos governos; entre os que tem menor acesso a serviços públicos básicos, como água, saúde e educação; e os que depositam menor confiança nas instituições políticas, incluindo a Comissão Nacional de Eleições. Por sua vez, o mais recente inquérito do Afrobarómetro (2024) mostra que prevalece uma imagem bastante negativa da qualidade da governação no país e das instituições políticas. Com relação ao desempenho do Governo, o estudo destaca que 71% dos inquiridos considera que este geriu mal a economia, 74% respondeu que o governo não melhorou as condições de vida dos pobres, 41% avalia negativamente a qualidade da educação, números que ascendem a 53% e 54% para as questões de saúde e água, respectivamente. Os níveis de confiança no Parlamento situam-se em 49%, quando 50% dos inquiridos não confiam nos partidos políticos, entre os quais 41% não confia nada; 47% não confia na CNE, sendo 18% os que desconfiam completamente. Salientar que estes níveis de confiança nos partidos e nas instituições eleitorais, mais particularmente, podem ter reduzido nos últimos meses, por conta dos inúmeros problemas verificados nas mais recentes eleições autárquicas de Outubro de 2023, com destaque para episódios de fraude e alegadas negociações de resultados por parte da Frelimo e da Renamo (CIP, 2024). A exclusão da Coligação Aliança Democrática, que apoiava a candidatura de Venâncio Mondlane, pode também ter impactado negativamente na imagem e, por consequência, na confiança nas instituições políticas em pleno período eleitoral. Que implicações tem estas questões sobre a participação eleitoral? É a questão que prevalece e melhor resposta só depois da votação. Por agora a explicação da armadilha da opção pela abstenção eleitoral.

3. A armadilha

“Aqueles que não votaram só nos ajudaram” (Obadias Guilende, Secretário da Frelimo, Gaza, 15 de Outubro de 2019)²

A frase acima, pronunciada por um Secretário da Frelimo em Gaza, depois do encerramento das urnas no dia 15 de Outubro de 2019, revela uma armadilha profunda e multifacetada da abstenção, que afecta não somente os cidadãos-eleitores, mas também os próprios governantes eleitos e o país como um todo.

Obadias Guilende dialogava com um grupo de sete jovens, entre os quais cinco professores. O tema da conversa eram as incidências do dia de votação e, como havia um abstencionista entre os professores, os outros o repreendiam, alegadamente porque podia criar problemas para os seus superiores. Foi então que Obadias, ele mesmo professor, interveio, desdramatizando, com um sorriso, dizendo que “aqueles que não votaram só nos ajudaram”, ou seja, ajudaram a Frelimo, uma vez que, explicou, o acto de abstenção denota que quem o pratica não é um firme apoiante do seu partido, e, como tal, se tivesse votado, teria sido a favor da oposição. Por essa razão, continuou, é melhor que tenha optado pela abstenção, precisamente para que a Frelimo não tivesse que invalidar mais votos da oposição, e assim garantir a sua vitória. No entanto a explicação de Obadias, é mais esclarecedora quando associada à outra intervenção sua, no dia anterior ao de votação, a 14 de Outubro de 2019. Desta feita, Obadias interpelava outros três professores, um dos quais mostrando dúvidas se votaria, alegando falta de dinheiro de transporte para se deslocar à Assembleia onde se tinha recenseado, mas também vincando explicitamente o seu desinteresse porque não via a utilidade do seu voto. Nessa ocasião, Obadias também desdramatizou, dizendo: “aquele que não votar, que fique sabendo que votou na Frelimo”, sugerindo que o lugar dos abstencionistas seriam preenchidos com votos à favor da Frelimo. É aqui que reside a primeira armadilha da

abstenção, para os próprios abstencionistas: ao deixarem de votar, os abstencionistas não apenas abrem espaço para que outros preencham suas ausências na urna, como também permitem a manipulação do seu silêncio em favor dos detentores do poder. Obadias Guilende, em suas declarações, sugere que a abstenção torna o trabalho de manipulação mais simples, uma vez que os lugares vagos nos cadernos eleitorais facilitam o enchimento de votos fictícios a favor da Frelimo.

A segunda armadilha é para os próprios governantes eleitos em pleitos com elevada abstenção. Sucede, pois, que, embora, no curto prazo, a abstenção facilite a fraude e contribua para a formação de supermaiorias artificiais, ela acaba enfraquecendo a legitimidade desses governantes, o que, a longo prazo, gera um ciclo vicioso: quanto mais cidadãos se abstêm, menor é a credibilidade dos governos; e quanto menor a credibilidade dos governos, mais cidadãos se abstêm nas eleições subsequentes. Esse fenómeno não apenas contribui para a perpetuação de um sistema político pouco representativo e frágil, como também mina a autoridade e a capacidade dos governantes de implementar políticas públicas e manter a ordem.

Por fim, para o país, a abstenção, enquanto armadilha, representa uma ameaça à coesão social e à estabilidade política, pois, quando grandes parcelas da população se abstêm de participar nas eleições, o sistema democrático fica fragilizado e as tensões sociais aumentam. A ausência de legitimidade dos governantes e das instituições leva à erosão do estado de direito, o que, por sua vez, pode desencadear formas mais extremas de protesto e desobediência civil. Uma população que não se sente representada tende a resistir às políticas impostas pelo governo, resultando em um ciclo de instabilidade política e social.

Além disso, a abstenção também desestimula a emergência de novas lideranças e movimentos políticos, uma vez que a baixa participação reduz o incentivo para que novas vozes tentem se inserir no cenário político. Isso limita a renovação do sistema e contribui para a estagnação política, com consequências negativas para o desenvolvimento socioeconómico e para a construção de um ambiente político mais dinâmico e inclusivo.

Esses riscos são reais em Moçambique e podem ser ainda mais prementes, considerando que os dados sobre a abstenção reflectem apenas a dimensão “oficial”, muitas vezes subestimada. Essa subavaliação ocorre não apenas porque o cálculo da abstenção oficial exclui os cidadãos que não se recensearam, mas também porque parte desses dados oculta as dinâmicas relacionadas à fraude, conforme discutido ao longo do texto.

Que solução? Notas conclusivas

A abstenção nas eleições em Moçambique representa um desafio para a consolidação democrática e a estabilidade política do país. Embora parte dela possa ser entendida como um acto de protesto contra a governação e as instituições políticas, a abstenção acaba por reforçar o ciclo de manipulação e fraude eleitoral, enfraquecendo a legitimidade dos governantes e perpetuando um sistema político que não responde às aspirações dos cidadãos. Para além de reduzir a representatividade e a credibilidade dos eleitos, este fenómeno mina a confiança nas instituições e desincentiva a emergência de novas lideranças. A médio e longo prazo, a abstenção cria um ambiente propício ao desencanto com o sistema político e ao surgimento de formas mais extremas de contestação social, comprometendo o desenvolvimento socioeconómico e a coesão social do país. Assim, é imperativo que os eleitores reflitam sobre as implicações do seu voto — ou a falta dele — e que as autoridades promovam uma maior transparência e equidade no processo eleitoral, de

modo a restaurar a confiança no sistema e a fomentar uma participação cidadã mais ativa e informada.

Referências

Afrobarometer (2024). Summary of results: Afrobarometer Round 9 survey in Mozambique, 2022. Compiled by Ipsos Mozambique.

Braconnier, C., & Dormagen, J. Y. (2007). *La démocratie de l'abstention*. Paris: Folio Gallimard.

Brito, L. (2005). *Formação do Voto e Comportamento Eleitoral dos Moçambicanos em 2004*. Maputo: EISA.

Brito, Luis de (2008). Uma nota sobre o recenseamento eleitoral. Maputo: IESE. IDEIAS n.º2.

Brito, L. (2016). 2014 – Um inquérito sobre abstenção. Relatório de Investigação n.º15. Maputo: IESE.

Centro de Integridade Pública (CIP). (2024). Nyusi e Ossufo confirmam acordos de negociação de poder pós fraudes eleitorais. Número 294–17 de setembro de 2024. Maputo.

Chaimite, E. (2023). *Negotiating authoritarianism in Manjacaze, Mozambique: between Frelimo's strategies and people's tactics*. PhD Thesis, University of Sussex.

Chaimite, E., & Forquilha, S. (2015). *Final nem todos votam em Manjacaze: Relatório de Investigação N. 3*. Maputo: IESE.

Chaimite, E., & Forquilha, S. (2015). *Murrupula: um distrito abstencionista: Relatório de Investigação N. 2*. Maputo: IESE.

Economist Intelligence Unit (EIU). (2022). *Democracy Index 2022*. Disponível em: <https://www.eiu.com/en/campaigns/democracy-index> (Acesso em 20 de Junho de 2024).

Francisco, A. (2008). *Sem surpresas: abstenção continua maior força política na reserva em Moçambique...* Até quando? Maputo: Ideias 6.

Gaxie, D. (1979). *Le cens caché: Inégalités culturelles et ségrégation politique*. Paris: Éditions du Seuil.

Hanlon, J., & Fox, S. (2006). *Identifying fraud in democratic elections: A case study of the 2004 presidential election in Mozambique*. Working Paper no. 8. Crisis States Research Centre.

Hermet, G., Rouquie, A., & Rose, R. (1978). *Elections Without Choice*. New York: Wiley.

Mazula, B. (2006). *Voto e uma de costas voltadas: Abstenção eleitoral 2004*. Maputo: CEDE.

Schedler, A. (2006). *Electoral Authoritarianism: The Dynamics of Competition*. Boulder, CO: Lynne Rienner.

Serra, C. (1998). *O Eleitorado Incapturável*. Maputo: Imprensa Universitária.

² Por razões éticas e de segurança, o nome do interlocutor foi alterado.